

IMPACTOS TERRITORIAS A REALOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES DO MUNICÍPIO DE ALEGRETE-RS

Nei Leiria do Nascimento, Mestre em Ciências Militares-ECEME/EB, Mestrando em Geografia, PPGGeo/UFSM, e-mail: n.nei@ig.com.br

Resumo: O presente estudo tem por finalidade revelar qual poderá ser o impacto territorial causado pela implantação da Estratégia Nacional de Defesa no Rio Grande do Sul. O Poder Militar brasileiro se faz presente no Estado do Rio Grande do Sul através das três Forças Armadas subordinadas ao Ministério da Defesa: a Marinha, o Exército e a Força Aérea. A presença institucional dentre as Forças Armadas de maior destaque no Estado fica por conta do Exército Brasileiro (objeto do presente estudo): que está presente no território gaúcho por meio de seu efetivo de 30340 militares, sua presença em 31 municípios e suas dezenas de unidades militares e a cada militar. A estrutura de defesa presente no Rio Grande do Sul é, portanto, expressiva em pessoal, produto de defesa, patrimônio público, estrutura organizacional, estabelecimentos de ensino, estruturas de manutenção, hospitais e laboratórios, além das estruturas operacionais como os quartéis e os campos de instrução. O objetivo geral da pesquisa é avaliar os impactos territoriais no município de Alegrete causado pela implementação Estratégia Nacional de Defesa (END) em face a realocação de organizações militares com sede no município de Alegrete-RS. A pesquisa faz um estudo crítico dos impactos e uma análise prospectiva das consequências da desterritorialização no município com a transferência de organizações militares para o norte do país. O estudo foi delimitado às estruturas do Exército Brasileiro sediadas no Estado do Rio Grande do Sul, no caso, o município do Alegrete por seu destaque como cidade típica do interior gaúcho e pela significativa presença de quartéis em sua sede.

Palavras-chave: Território, Defesa, Estratégia Nacional de Defesa, Poder Militar.

Abstract: This study aims to reveal what might be the territorial impact caused by the implementation of the National Defense Strategy in Rio Grande do Sul. The Brazilian Military Power is present in the state of Rio Grande do Sul through the three armed forces subordinated to the Department of Defense: the Navy, the Army and the Air Force. The institutional presence among the most prominent armed forces in the state it is up to Brazilian

Army (subject of this study): that is present in the referred territory through its effective of 30,340 militaries, its presence in 31 municipalities and its dozens of military units and every military. This defense structure in Rio Grande do Sul is therefore significant in personal defense product, public assets, organizational structure, educational establishments, maintenance facilities, hospitals and laboratories, in addition to operational structures such as barracks and training camps. The overall objective of the research is to assess the territorial impacts in the municipality of Alegrete caused by the implementation of the National Defense Strategy in the face of military organizations' relocation based in the referred municipality. The research is a critical study of the impacts and a prospective analysis of the consequences of deterritorialization in the municipality with the transfer of military organizations to the north of the country. The study was delimited to the Brazilian Army structures based in the state of Rio Grande do Sul, in the case in the municipality of Alegrete by his prominence as typical city of the gaúcho interior and the significant presence of barracks in its area.

Key-words: Territory, Defense, Brazilian National Defense Strategy, Military Power.

1. Introdução

Presente no território sul-rio-grandense desde os albores da nacionalidade brasileira, a partir de meados do século XVII, os militares ajudaram a formar e constituir os primeiros núcleos populacionais existentes nesta porção do território, bem como a fomentar a economia, proporcionar oportunidades de ascensão social e a influenciar os aspectos psicossociais da sociedade gaúcha. A existência de unidades militares consolidou as fronteiras do estado, permitiu sua ocupação de forma ordenada, ampliou núcleos populacionais e permitiu o desenvolvimento local e regional. Esta presença é tão normal na sociedade local que chega mesmo a passar despercebida, dado o grau de integração e interação existente entre as forças militares e as populações locais, habituadas que estão com o aporte econômico, cultural e social trazido por sua presença. Assim foi no Alegrete que foi fundada entorno de um acampamento militar.

No momento em que o Brasil, no alvorecer do século XXI, desponta no cenário internacional como um ator global, passa a repensar suas prioridades em defesa, e redige em 2008 sua Estratégia Nacional (END-2008), emitindo diretrizes gerais para que nossas Forças Armadas possam continuar cumprindo suas missões constitucionais neste novo cenário estratégico.

A END-2008 é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, resguardada pelas Forças Armadas. Está organizada em três eixos estruturantes: o primeiro diz

respeito a como suas Forças Armadas devem se organizar e orientar para cumprir suas missões constitucionais; o segundo refere-se à reorganização de sua indústria de defesa e o terceiro refere-se à composição e efetivos.

Pauta-se, ainda, em 23 diretrizes gerais, dentre as quais, aliando fatores como mobilidade e presença buscam uma readequação das Forças Armadas no território nacional e a busca da autonomia tecnológica em produto de defesa. A readequação está orientada a retirar forças de onde esta presença não é mais tão relevante, sob o aspecto de defesa nacional, para outras áreas menos favorecidas e menos estabilizadas, como o oeste do país e a região amazônica.

A realocação ou extinção de unidades militares em regiões onde sua presença é absolutamente fundamental para sua sobrevivência pode vir a causar sérios danos e inverter a lógica socioeconômica local. O eixo estruturante relativo a reorganização da Forças Armadas é a decisão mais difícil e impactante. A transferência ou a extinção de quartéis acarreta na desterritorialização de pessoas e na extinção de fonte de renda, fechamento de postos de trabalho e redução de atividades comerciais e de prestação de serviços para os quartéis no município o qual esta estabelecido, garantidos pela presença de grande número de servidores do Exército lotados no aquartelamento. Também é relevante o montante de recursos da união que são alocados para a manutenção das organizações militares. Estas decisões podem impactar negativamente o próprio propósito da transferência de unidades militares de um território estabilizado econômica e socialmente, como o município do Alegrete, que conta com seis organizações militares e há previsão de transferência de quatro para o centro-norte do país.

Ocorre que a estratégia da presença e da dissuasão, então empregada para proporcionar a defesa do país e estabilização da região, em princípios do século XX, modificou-se pouco. O atual Comando Militar do Sul, com jurisdição militar sobre os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tem o seu maior contingente no RS, alcançando o efetivo de 30340 militares distribuídos em 31 municípios, dentro os quais se destaca o município de Alegrete, que possui grande efetivo militar.

Em um momento que o país repensa sua defesa, inspirado pela Estratégia Nacional de Defesa (END-2008), aprovada pelo decreto Nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, torna-se importante compreender que, no caso do Rio Grande do Sul, a nação foi capaz de estabelecer em seu território a soberania em todos os aspectos. Segundo Gray (1999), uma fronteira bem estabelecida leva em conta vários fatores: geografia física, geografia humana, geologia, ecologia, segurança e defesa, antropologia e governo. É o caso do Rio Grande do Sul. Não por aca-

so, a END estabelece diretrizes, dentre as quais se destaca a necessidade de reposicionar os efetivos, conforme pode-se verificar abaixo:

8.Reposicionar os efetivos das três Forças.

As principais unidades do Exército estacionam no Sudeste e no Sul do Brasil. ... As preocupações mais agudas de defesa estão, porém, no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul...O Exército deverá posicionar suas reservas estratégicas no centro do País, de onde poderão se deslocar em qualquer direção. Deverá também o Exército agrupar suas reservas regionais nas respectivas áreas, para possibilitar a resposta imediata na crise ou no conflito armado. (BRASIL,2008)

A sociedade está sempre em movimento. Compreender esta dinâmica é fundamental para o Estado, para que este possa cumprir sua função social, por meio da criação de políticas públicas capazes de atender suas demandas.

No caso da Defesa Nacional, a END 2008 traçou diretrizes gerais que vão ocasionar a reorganização de seus efetivos e a transferência de unidades militares do Exército Brasileiro.

A possível realocação ou extinção de unidades militares em determinados municípios pode vir a abalar profundamente a sociedade e a economia local. É o caso do município de Alegrete, que possui seis organizações militares com um efetivo aproximado de 2800 militares da ativa e cerca de 1000 inativos e pensionistas no município, havendo uma perspectiva de que quatro dessas organizações sejam transferidas para o norte dos pais.

O objetivo do presente estudo foi avaliar os impactos territoriais no município de Alegrete causado pela implementação Estratégia Nacional de Defesa em face à realocação de organizações militares com sede no município.

2. Materiais e Métodos

A metodologia consistiu em revisão de literatura através de pesquisa bibliográfica e documental, como base para uma análise da importância dos impactos da deterritorialização que a Estratégia Nacional de Defesa acarretará no Alegrete.

A coleta do material bibliográfico foi realizada por meio da leitura de livros, documentos oficiais e artigos publicados em jornais, revistas e mídia eletrônica. A pesquisa bibliográfica utilizou a técnica da documentação indireta, observando as seguintes fases: levantamento da bibliografia; seleção da bibliografia e leitura analítica da bibliografia selecionada.

O método de abordagem selecionado para a execução desta pesquisa será o dialético. Os métodos de procedimento serão o comparativo e o estatístico. Quanto aos fins, a pesquisa fará um estudo crítico dos impactos e uma análise prospectiva das consequências da desterritorialização no município. Quanto aos meios, a pesquisa pode ser considerada

bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica observará as seguintes fases: levantamento da bibliografia; seleção da bibliografia; leitura analítica da bibliografia selecionada e análise comparativa e interpretação dos dados.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito território vem sendo amplamente debatido nas últimas décadas, existindo divergências entre pesquisadores sobre sua definição. Etimologicamente a palavra território, “territorium” em latim, é derivada do vocábulo terra e é compreendido como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma jurisdição político-administrativa.

No Brasil, durante muito tempo, a noção de território ficou restrita a uma porção de terra limitada por fronteiras sob uma jurisdição. O conceito vem ganhando destaque e amplitude em razão de novos olhares sobre a temática.

Na geografia tem por base a obra de Ratzel, que o entendia como o aproveitamento de uma porção do espaço por um grupo organizado pela ação do Estado. Sua concepção está diretamente ligada ao momento histórico de sua época, que foi a consolidação das relações capitalista e imperialista na Alemanha.

Para Haesbaert (2004), pode-se agrupar a concepção de território em três vertentes básicas: i) política (referente às relações espaço-poder), ii) cultural (que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva), e iii) econômica (como fonte de recursos). O autor apresenta as possibilidades de análise sobre o tema, demonstrando sua complexidade.

Santos (2005) compreende sob a perspectiva do uso. Para o autor o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Deve ser compreendido como uma totalidade que vai do global ao local. Em sua análise argumenta que o território em si não é um conceito, ele só se torna um conceito quando o consideramos na perspectiva do seu uso. Tal entendimento é demasiadamente importante, visto que tem como preocupação principal a ação e a utilização desempenhada pelos seres humanos na produção do espaço.

Em Robert Sack (1986), território está ligado ao controle de pessoas e/ou recursos através do controle de uma área. A escala varia muito, podendo ir do nível pessoal, de uma sala, ao internacional. Nesta análise está evidente as relações de poder abordadas no conceito. As relações de poder estabelecidas no território estão entre as contribuições mais importantes, visto que buscam entender como ocorrem a apropriação e dominação territorial em diferentes escalas de poder.

Raffestin apud Saquet (2004) aponta que o território é objetivado por relações sociais concretas e abstratas, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade. Em Raffestin o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida.

Para Saquet (2004), outra contribuição importante de Raffestin está relacionada ao processo TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) relacionado às ações econômicas e culturais. É considerado um “processo de relações sociais, de perda e reconstrução de relações” . O território também apresenta caráter político, é um espaço modificado pelo trabalho e apresenta relações de poder.

Um território é produzido, ao mesmo tempo, por relações políticas, culturais e econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle do espaço geográfico. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização, do enraizamento; é resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais (SAQUET, 2004, p. 128-129).

Podemos perceber, conforme as análises de Sack (1986), Haesbaert (2004), Saquet (2004), Santos (2005), que o conceito tornou-se mais complexo e abrangente, estando relacionado ao uso, a apropriação do espaço, as relações sociais, políticas, econômicas, culturais, de poder e de controle. O conceito de território ganhou novas perspectivas em virtude das possibilidades de abordagem estabelecidas sobre o tema por importantes estudiosos.

O avanço sobre o entendimento de território vem contribuindo para a produção de pesquisas críticas e preocupadas com as relações estabelecidas a partir do uso e apropriação. O que evidencia o caráter dinâmico do conceito e da própria geografia como ciência.

Segundo SANTOS (1988), o espaço geográfico é o resultado de um matrimônio ou encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. O espaço é a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial. Para Milton Santos território é entendido como:

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence (...) esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado . Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de áreas de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem(Santos, 2001, p.19)

Pelo exposto, observa-se que o território é uma categoria de análise que permite entendermos as relações sociais tecidas no decorrer da história. Visto deste modo, o território

contempla uma dinâmica espacial em constante (re)organização. Para Santos:

Seja qual for o país e o estágio do seu desenvolvimento, há sempre nele uma configuração territorial formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. Tipos de floresta, de solo, de clima, de escoamento, são interdependentes, como também o são as coisas que o homem superpõe à natureza. Aliás, a interdependência se complica e completa justamente porque ela se dá entre as coisas que chamamos de naturais e as que chamamos de artificiais (1996, p. 75-76).

Raffestin (1993) destaca que, a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Ainda segundo Raffestin:

É essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “ territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.143)

Para Souza “o território é, fundamentalmente, um espaço definido por e a partir de relações de poder (...) o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?” Complementa identificando o território como sendo “relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial”(SOUZA, 1995, p.97)

Segundo BIJOS (2010), a responsabilidade do Brasil como indutor do crescimento econômico e promotor da paz, da estabilidade e do desenvolvimento social na América do Sul é um marco da política externa brasileira desde a época do Império, prevalecendo durante a República, de forma imutável, num ambiente de intenso relacionamento com seus vizinhos, excetuando-se as ações militares no Prata e a guerra do Paraguai durante o século XIX.

A região do rio da Prata teve preeminência na política exterior brasileira durante o século XIX. Esta importância dada pela política externa brasileira determinou a localização de suas Forças Armadas na região sul do Brasil, tanto que o Comando Militar do Sul, no caso do Exército Brasileiro, é o que concentra maiores efetivos militares. Como consequências destas mudanças, a Estratégia Nacional de Defesa de 2008 surge como marco estruturante na cons-

trução de uma nova atitude em termos de defesa do país, e deve trazer uma mudança na localização e disposição dos efetivos militares.

A partir destas visões dos clássicos da geografia sobre o conceito de território, podemos observar que o Estado, enquanto poder maior, criou territorialidades ao longo da história do Rio Grande do Sul, implantando organizações militares de todos os tipos, como: quartéis, estabelecimentos de ensino militar, campos de instrução, hospitais militares, vilas militares e outros estabelecimentos do Exército. Esta territorialidade ocorreu ao longo dos séculos e contém em seu bojo todos os aspectos conceituais de território, especialmente as relações de poder que se estabelecem no entorno e no conjunto das ações, necessidades e relações sócio econômicas que demandam à existência de uma organização militar no município.

A Política de Defesa Nacional (PDN) é o documento de mais alto nível do planejamento de Defesa e tem por finalidade estabelecer os objetivos e as diretrizes para o preparo da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional. Entrou em vigor na data da publicação do Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2005. Este Decreto contém dois artigos, um aprovando a Política de Defesa Nacional e outro indicando que os órgãos e entidades da administração pública federal deverão considerar, em seus planejamentos, ações que concorram para fortalecer a Defesa Nacional.

A Política de Defesa Nacional (PDN) é composta por uma parte política, que contempla os conceitos, os ambientes internacionais e nacionais e os objetivos da defesa. Outra parte, de estratégia, engloba as orientações e diretrizes. A Política de Defesa Nacional tema de interesse de todos os segmentos da sociedade brasileira, tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios dispostos na Constituição Federal e encontra-se em consonância com as orientações governamentais e a política externa do País, a qual se fundamenta na busca da solução pacífica das controvérsias e no fortalecimento da paz e da segurança internacional.

Consoante a PDN, o Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 aprovou a Estratégia Nacional de Defesa (END), cuja finalidade principal é traduzir a PND em estratégias de médio e longo prazo, de modo a enlaçá-la a estratégias de desenvolvimento nacional. A END está organizada em três eixos estruturantes, a saber:

O primeiro eixo estruturante diz respeito a como as Forças Armadas devem se organizar e se orientar para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra...O segundo eixo estruturante refere-se à reorganização da indústria nacional de produto de defesa, para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas apoie-se em tecnologias sob domínio nacional...O terceiro eixo estruturante versa sobre a composição dos efetivos

das Forças Armadas e, conseqüentemente, sobre o futuro do Serviço Militar Obrigatório. (BRASIL,2008)

A END-2008 pauta-se em 23 (vinte e três) diretrizes. Dentre estas, 08 (oito) tratam a respeito do posicionamento das Forças Armadas no território e ressaltam a necessidade de um relacionamento interativo com países vizinhos. Destacam-se, entre estas, a diretriz de número 08:

8. Reposicionar os efetivos das três Forças. As principais unidades do Exército estacionam no Sudeste e no Sul do Brasil... As preocupações mais agudas de defesa estão, porém, no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul. O Exército deverá posicionar suas reservas estratégicas no centro do País, de onde poderão se deslocar em qualquer direção. Deverá também o Exército agrupar suas reservas regionais nas respectivas áreas, para possibilitar a resposta imediata na crise ou no conflito armado (BRASIL,2008).

As Forças Armadas, seguindo as Diretrizes da END-2008, estão se reorganizando. Por meio de suas estratégias específicas, buscam alinhar suas ações às da END-2008. No caso do Exército Brasileiro, o Projeto de Força do Exército Brasileiro (PROFORÇA), apresenta as diretrizes para a concepção e a evolução da Força para 2031, com marcos temporal em 2015 e 2022. O PROFORÇA tem como um de seus produtos: as novas articulação e estruturação da Força Terrestre (F Ter); as diretrizes para a concepção estratégica do Exército Brasileiro; as diretrizes para cada um dos Vetores de Transformação (VT); as diretrizes para a futura organização Básica do Exército (OBE); as novas capacidades, discriminadas para cada uma das missões do Exército Brasileiro; e as orientações para a integração ao Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEX). Do exposto, verifica-se que já em 2015 poderá haver deslocamento ou extinção de organizações militares na região, ou seja, um processo de desterritorialização, que na visão de (SOUZA,2013) é um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço. Para SOUZA desterritorialização: “É um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço”(SOUZA,2013, P.102)

A inserção do Rio Grande do Sul na Estratégia Nacional de Defesa, esta representada pelo Exército, através do Comando Militar do Sul como o Comando Militar que tem por missão manter a soberania na área estratégica sul do Brasil. A presença militar na área estratégica sul é histórica e destacada. É o estado que possui o maior efetivo do Exército Brasileiro.

O impacto socioeconômico da Estratégia Nacional de Defesa no Rio Grande do Sul, como uma antevisão, se faz sentir não somente por meio de seu efetivo de 30340 militares,

sua presença em 31 municípios e suas dezenas de unidades militares: a cada militar, existem afiliados, em média, cerca de três dependentes. Os quartéis possuem centenas de viaturas blindadas e viaturas militares, que demandam serviços diversos às comunidades locais, desde alimentação até fornecimento de materiais e serviços. Neste cenário destaca-se o município de Alegrete, que possui seis organizações militares com um efetivo aproximado de 2800 militares da ativa e cerca de 1000 inativos e pensionistas no município, havendo uma perspectiva de que quatro dessas organizações sejam transferidas para o norte do país.

Todo este colossal aparato militar necessita ser suprido com toda a gama de produtos, os quais são adquiridos no mercado local. Ademais, capacitam mão de obra para o mercado de trabalho local: são milhares de jovens que, prestando seu serviço militar inicial, passam a exercer atividades nos quartéis e acabam se profissionalizando, atendendo a uma importante demanda dos mercados locais.

Os militares da ativa, ao se estabelecerem em seus quartéis e bases, acabam por inserir-se nas comunidades locais, contraindo matrimônio, gerando filhos e, finalmente, quando passam à reserva, muitos acabam se assentando definitivamente nas comunidades, criando pequenos negócios, participando na política local, gerando benefícios diversos.

Em Alegrete a população de origem militar chega a representar cerca de 5% da população total do município, o que expressa a relevância da presença militar. Alguns destes números permitem antever, por si só, a relevância sócio econômico das ações da Estratégia Nacional de Defesa.

A desterritorialização que deverá ocorrer no Rio Grande do Sul com as realocações de quartéis para o norte do Brasil, especialmente para os estados do Pará e Amapá se insere em ciclo histórico brasileiro de colonização e ocupação dos espaços, especialmente as fronteiras deste país continente. O Estado cria territorialidade, quando estabelece quartéis em locais ermos propiciando desenvolvimento e ascensão social em especial para as populações das cidades de menor porte. Porém, a situação estratégica muda e o deslocamento deste aparato militar para outra região causa a desterritorialização de pessoas e a reterritorialização na outra região com o aporte de todas as facilidades e oportunidades que aquela estrutura do Exército agrega entorno de si. É, portanto, um ciclo com virtudes ao se implantar e com preocupações quando da desterritorialização da organização militar.

A questão da desterritorialização, decorrente das transferências de Organizações Militares da cidade do Alegrete, impactará nas relações de poder, de trocas e interdependências entre os diversos atores que serão atingidos pela desterritorialização militar.

Os principais são: os militares, as forças produtivas (Comércio, indústria, serviços, profissionais liberais, etc), os poderes da municipalidade e a população do município.

O impacto será maior no campo socioeconômico, porém o aspecto psicossocial da municipalidade será atingida em função das perdas econômicas, de postos de trabalho, de oportunidades de ascensão social e o fato do território -o município- perder relevância perante o governo federal, representado pelo Ministério da Defesa e o Exército Brasileiro.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O município do Alegrete

Alegrete se localiza no oeste do estado, a 506 quilômetros de distância da capital Porto Alegre. Possui uma população de 78768 habitantes, de acordo com estimativas de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o maior município do Rio Grande do Sul e o 186º maior município do Brasil em área territorial, com mais de 7.800 quilômetros quadrados.

4.1.1. História

As origens do município de Alegrete datam do início do século XIX quando, na Guerra de 1801, os aventureiros José Francisco Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso, ambos riograndenses, conquistaram para a coroa portuguesa o território das missões jesuíticas ao norte do Rio Ibicuí.

As contínuas lutas de fronteira, agora entre o Reino de Portugal e os dissidentes ao recém constituído governo das Províncias Unidas do Rio da Prata, provocou o ataque dos uruguaios de D. José Artigas e a queima da povoação e da capela (hoje "Capela Queimada") em 16 de junho de 1816.

Isso causou a transferência dos seus povoadores para a margem esquerda do Rio Ibirapuitã, que ali foram chegando até 22 de dezembro de 1816. Eles abrigaram-se junto ao acampamento do Quartel General do Marquês de Alegrete, que ali estava com suas tropas.

Em 27 de janeiro de 1817, o Comandante do Distrito de Entre Rios, o Tenente Coronel José de Abreu manda iniciar a construção das moradias para os fugitivos do Inhanduí. Quando José de Abreu recebeu as ordens do Marquês para erguimento da povoação, ele já havia determinado o local e iniciado realmente o povoamento, com a construção das primeiras habitações, ali, na retaguarda das tropas, nos fundos do acampamento do Ibirapuitã. Constituindo a povoação a futura cidade.

Mais tarde, pelo ponto estratégico do novo local, por onde escoavam os produtos primários em direção aos portos de Buenos Aires e Montevideu, o lugarejo prosperou rapidamente e elevou-se a categoria de vila através do decreto provincial de 25 de outubro de 1831, demarcando assim seus limites e ganhando autonomia política.

Durante a Revolução Farroupilha, iniciada em 1835, Alegrete tornou-se a terceira capital da República Rio-Grandense (1842-1845). Nela, em 1843, foi concluída e aprovada a Constituição da República Rio-Grandense.

Entre batalhas e campanhas, por bravura, determinação e desenvolvimento, a vila de Alegrete foi elevada à categoria de cidade em 22 de janeiro de 1857.

A cidade localiza-se a uma latitude de 29°47'01,63" sul e a uma longitude de 55°47'27,54" oeste - coordenadas do centro da praça Getúlio Vargas, estando a uma altitude média de 102 metros.

4.1.2. Geografia

A paisagem caracteriza-se como estepe gramíneo-lenhosa (campo nativo) e floresta estacional decidual aluvial (mata ciliar). A fisionomia é de extensas planícies de campo limpo com algumas ondulações e raros morros residuais de arenito silicificado.

O município está totalmente sobre o Aquífero Guarani e seu lençol freático apresenta água levemente alcalina, utilizável sem restrições para o uso humano e para a irrigação, apresentando poços com profundidade média de 120 metros e vazão média de 110m³/h.

Sua população estimada em 2009 era de 78.984 habitantes, sendo 50,29% feminina e 49,71% masculina. Sua etnia foi originada por grupo nômades indígenas e posteriormente os elementos colonizadores foram os espanhóis, portugueses e africanos. As correntes migratórias modernas são representadas por italianos, alemães, espanhóis, franceses, árabes e poloneses.

Possui uma área de 7.804 km², sendo o maior município do Rio Grande do Sul em extensão territorial.

4.1.3. Economia

Sua economia é baseada principalmente na agricultura (arroz - 45.000 ha; soja - 16.000 ha; milho - 11.000 ha; sorgo - 3.000 ha e trigo - 1.500 ha) e na pecuária bovina (536.536 cabeças - o maior rebanho do Estado); ovina (423.446 cabeças); equina (± 20.000 cabeças); suína (± 9.000 cabeças) e bubalina (± 2.000 cabeças). A produção de lã é de cerca de 900 toneladas anuais e de leite é de 15.269 litros.

Há também cerca de 90.000 galináceos (sendo ± 40.000 galinhas) com uma produção

anual de \pm 450.000 dúzias de ovos.

A apicultura produz anualmente cerca de oitenta mil litros de mel.

e. Aspectos gerais do município : conforme quadro 1 abaixo.

Quadro 1

Unidade da Federação	Rio Grande do Sul
Mesorregião	Sudoeste Rio Grande do Sul
Microrregião	Campanha Ocidental IBGE/2008
Municípios limítrofes	Itaqui, Manoel Viana, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul, Cacequi, Rosário do Sul, Quaraí e Uruguaiana
Distância até a capital	506 km
Densidade	10,09 hab./km ²
Altitude	102 m
Fuso horário	UTC-3
Clima	subtropical
IDH-M	0,793 <i>alto</i> PNUD/2000
PIB	R\$ 1 022 330,821 mil
PIB per capita	R\$ 12 851,75

Fonte: IBGE/2008

4.2 A presença militar no município

A presença militar no município do Alegrete é histórica e relevante. A criação da localidade que hoje é o município ocorreu por motivos estratégicos e com a presença de tropas para garantir a posse daquele território no extremo sul do Império do Brasil.

O Exército Brasileiro têm seis quartéis no Alegrete com um efetivo na ativa de aproximadamente 2800 militares e, pelo menos, outros mil militares na reserva que residem na localidade. Os quartéis são os seguintes: 6º Regimento de Cavalaria Blindada (6º RCB); 12º Batalhão de Engenharia de Combate (12º BE Cmb); 10º Batalhão Logístico (10 B log); 2ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (2ª Cia Eng Cmb Mec) 12ª Companhia de Comunicações Mecanizada (12ª Cia Com Mec) e o Hospital de Guarnição de Alegrete (HguA).

4.3 Aspectos sócio econômico da presença militar

4.3.1. Oportunidades de trabalho e qualificação

A presença de vários quartéis no município oportuniza muitas vagas de trabalho e

oportunidades de qualificação profissional e aperfeiçoamento técnico. Cada quartel demanda profissionais de uma gama enorme de qualificações e especialidades que vão das qualificações tipicamente militares as qualificações comuns, que são necessárias ao funcionamento do quartel e são qualificações que o militar irá desempenhar no mercado de trabalho após cumprir o serviço militar.

As principais habilitações existentes nos quartéis são: mecânico de automóveis, eletricista veicular e predial, operador de posto de abastecimento, torneiro mecânico, serralheiro, lanterneiro, borracheiro, todas as especialidade relativas ao serviço de rancho, encanador, caldeireiro, técnico em manutenção de material de informática, especialista em redes e banco de dados, todas as especializações de saúde em todos os níveis técnicos, etc.

Além das qualificações profissionais supracitadas, são ministradas outras qualificações como ação social do Exército o chamado Projeto Soldado Cidadão. Este projeto é uma iniciativa do Ministério da Defesa, por intermédio das Forças Armadas e com a participação das instituições do Sistema “S”- SESI, SESC, SENAC, SENAT, SENAR sem ônus para o militar que realiza a qualificação. O Projeto Soldado Cidadão iniciou no ano de 2004 e já formou aproximadamente 1500 militares na Guarnição do Alegrete, representando uma enorme oportunidade para a juventude daquele rincão. Também há cursos no projeto do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) coordenado pela Guarnição Militar. Isto somado, resulta na maior iniciativa de qualificação profissional que o município dispõe, representando um incremento na qualificação da mão-de-obra do município em função da presença do Exército em seu território.

4.3.2. Recursos alocados as organizações militares do município

A tabela 1 abaixo, é um demonstrativo do montante de recursos financeiros alocados pela União aos quartéis sediados no Alegrete nos anos de 2013 e 2014.

Valores Recebidos pelas OM.			
OM	2013 (R\$)	2014 (R\$)	Número de VTR
6º RCB	23.753.498,71	27.192.770,46	184
10º B Log	23.824.564,44	30.424.245,71	118
12º B E Cmb	25.149.233,89	28.462.459,87	116
2ª Cia Eng	5.402.751,39	6.741.329,26	048

12ª Cia Com Mec	1.532.650,59	1.618.480,64	027
HGuA	2.838.221,5	2.771.605,16	007
Total	77.156.487	91.348.304	500

Tabela 1- resumo dos valores e quantitativo de viaturas das Organizações Militares de Alegrete

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF)

Ao observar o montante de mais de 91 milhões de reais alocados pela União para os quartéis do Exército no município, recursos que aportam na economia local sem nenhum esforço produtivo, e comparando com o PIB municipal, podem concluir a grande relevância que esta presença militar tem para a economia local.

4.3.3. Demandas e oportunidades decorrentes da presença militar no município

A expressiva presença de militares, seus familiares e dependentes geram um incremento de todos os tipos de demandas que a vida profissional e pessoal acarretam. Neste sentido, é de destacar os negócios com imóveis, prestação de serviços aos quartéis e a família militar, a grande aquisição de produtos em geral e gêneros alimentícios no comércio local para abastecer os quartéis, além de bens de consumo e atividades culturais e de lazer que os militares demandam como consumo necessário a vida cotidiana.

Portanto a presença de organizações militares no município corresponde a alocação de significativo montante de recursos que a União disponibiliza de forma previsível e periódica. Implica em incremento na qualificação de mão de obra por intermédio dos cursos militares e trabalhos do quartel e nos cursos profissionalizantes proporcionados pelas organizações militares como o Projeto Soldado Cidadão e PRONATEC. Também a oportunidade de trabalho como serviço militar. O Exército Brasileiro é o maior e mais diversificado empregador do município.

Destacam-se, também, as oportunidades de negócios para o comércio em geral, prestadores de serviços e profissionais liberais de todos os ramos decorrentes da presença de numeroso contingente de militares e seus familiares.

Por tudo isto, a presença das organizações militares em Alegrete implica em incremento para o mercado de trabalho, oportunidades de negócios para a economia local, distribuição de rendas e aquecimento da economia municipal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências territoriais decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa no

município do Alegrete deverão ser mais impactantes nos aspectos sócios econômico e psicossociais.

A transferência ou a extinção de quartéis acarreta na desterritorialização de pessoas e na extinção de fonte de renda, fechamento de postos de trabalho e redução de atividades comerciais e de prestação de serviços no município no qual os quartéis estão estabelecido. Estas atividades econômicas são garantidas pela presença de grande número de servidores do Exército lotados no aquartelamento. Também é relevante o montante de recursos da união que são alocados para a manutenção das organizações militares. Estas decisões podem impactar negativamente o próprio propósito da transferência de unidades militares de um território estabilizado econômica e socialmente, como o município do Alegrete, que conta com seis organizações militares e há previsão de transferência de quatro para o centro-norte do país.

A desterritorialização, decorrente das transferências de Organizações Militares da cidade do Alegrete, impactará nas relações de poder, de trocas e interdependências entre os diversos atores que serão atingidos pela desterritorialização militar. Os principais são: os militares, as forças produtivas (Comércio, indústria, serviços, profissionais liberais, etc), os poderes da municipalidade e a população do município.

O impacto será maior no campo socioeconômico, porém o aspecto psicossocial da municipalidade será atingido em função das perdas econômicas, de postos de trabalho, de oportunidades de ascensão social e o fato do território -o município- perder relevância perante o governo federal, representado pelo Ministério da Defesa e o Exército Brasileiro.

A desterritorialização de uma Organização Militar acarreta o oposto do ciclo virtuoso que foi criado quando da implantação do quartel na cidade e apontado neste estudo, sendo que os impactos mais agudos serão nos campos sócio econômico e psicossocial do município. Em contra partida ao que é previsível no Alegrete, a reterritorialização que ocorrerá no norte do país, levará todos estes aspectos positivos, que a pesquisa demonstrou, aos municípios contemplados com os novos quartéis.

São questões conceituais da Geografia que explicam e apontam a complexidade das relações que se formam com a territorialização ou desterritorialização em face da criação ou transferências de Organizações Militares do Exército Brasileiros nos municípios e que todos os envolvidos no processo devem estar atentos para compensar ou mitigar os impactos decorrentes.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. Aprovada pelo decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1 jul. 2005.

CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica – Princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1999, 392 p.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 dez. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3ª edição, ed. Atlas. São Paulo, 1996.

GRAY, Colin S. International Boundaries as Fighting Places. In: **Geopolitics – Geography and strategy**. Londres, Frank Cass Publishers, 2003, Cap 7, p. 126-136.

HAESBAEST, Rogério. **Dês-caminhos e perspectivas do território**. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1997. 216 p.

RAFFESTIN, Cloude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Atica, 1993.

Revista GEOMAE - Geografia, Meio Ambiente e Ensino. Vol. 01, Nº 02, 2º SEM/2010

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo, Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo, Nobel, 1987

SANTOS, Milton. Paisagem e Espaço. In: SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 4. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica de geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: Debates Territori y movimientos sociales. Ano VI, n. 16, enero-abril, 2005.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SACK, Robert. **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge Press, 1986.

SOUZA, Marcelo Lopes de, Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: 2013: Editora Bertrand Brasil

SPÓSITO, Eliseu S. **Geografia e Filosofia**: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.